5.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

A análise do componente-síntese Meio Socioeconômico permite compreender "as formas pelas quais os seres humanos se organizam para garantir sua sobrevivência física, social, política, cultural e emocional"[1].

Esta análise é feita a partir de diversos elementos de caracterização que compõem este componente-síntese, de modo a delinear a maneira pela qual a população de uma determinada região (no caso a sub-bacia do rio Verde) ocupa os espaços, constrói sua base material e se apropria dos recursos naturais disponíveis.

Este componente-síntese é igualmente estruturado de forma a permitir a construção de um perfil das condições nas quais a sociedade ocupa o território e quais foram os determinantes históricos e sócio-culturais que a caracterizam ao longo dos anos.

Os elementos de caracterização são selecionados e analisados a partir da sua real contribuição para a definição dos diferentes níveis de fragilidade socioambiental para este componente-síntese, em especial nos cursos d'água e proximidades, incluindo ainda todas as sedes de municípios que compõe esta bacia, mesmo quando as mesmas situam-se fora dos limites da sub-bacia, como é o caso de Ribas do Rio Pardo, Camapuã e Três Lagoas.

Na análise desse componente-síntese, o foco recai, principalmente, sobre as áreas de influência dos empreendimentos previstos no inventário hidrelétrico do rio Verde, ou seja, os elementos que influem diretamente na qualidade de vida da população com relações mais estreitas com o rio Verde e seus afluentes.

Importante lembrar que, tendo como área de abrangência a sub-bacia hidrográfica com mais de 2.235.650 ha, a presente caracterização foi feita a partir de dados secundários, consubstanciada com levantamentos de campo, mas sem que fosse feito cadastro de todas as propriedades ou outro levantamento muito detalhado, níveis de detalhamento possíveis apenas em fases de licenciamento subseqüentes de propostos empreendimentos.

Enfim, para desenvolver o presente componente-síntese, serão utilizados dados levantados nos seguintes elementos de caracterização: populações indígenas; patrimônio histórico e arqueológico; demografia; infra-estrutura; estrutura fundiária; condições de saúde; organização social; atividades econômicas; articulação político-institucional; malha viária; e

[1] Manual do Inventário - ELETROBRÁS, p.4-33

lazer e turismo. Cada um desses elementos de caracterização será abordado com maior detalhamento a seguir.

5.3.1 Populações indígenas e Quilombolas

O estado do Mato Grosso do Sul apresenta uma expressiva população indígena, superando inclusive o total dessa população residente no vizinho Mato Grosso, que antes constituía uma só unidade da federação. De acordo com censo da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (órgão do governo federal responsável pelas questões indígenas), são 32.519 indígenas, que ocupam área total de 613.610 hectares, divididos em 38 grupos espalhados em 27 municípios diferentes do estado. Do total dessas comunidades, 30 já se encontram em áreas definitivamente demarcadas pela FUNAI. Das oito áreas restantes, que correspondem a um total de 30.579 hectares, duas foram homologadas, duas declaradas e quatro delimitadas. Além dessas, há ainda oito áreas em estudo.

Importante frisar que a regularização das terras indígenas, por meio da demarcação, é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil, por isso, esta tem sido a sua principal reivindicação. Sabe-se que assegurar o direito à terra para os índios significa não só assegurar sua subsistência, mas também garantir o espaço cultural necessário à atualização de suas tradições.

As etnias existentes nas Terras Indígenas do Mato Grosso do Sul são as seguintes: Atikum, Guarany (Kaiwá e Nhandéwa), Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofayé, Terena, Xiquitano.

Entretanto, dentro todas as Terras Indígenas existentes no Mato Grosso do Sul, apenas uma situa-se parcialmente na sub-bacia do rio Verde, mais precisamente na divisa dessa sub-bacia, afastada do rio Verde e próxima à sede urbana de Brasilândia. A grande maioria das Terras Indígenas do Estado concentram-se a oeste e sul, conforme aparece na figura 5.3.1.1, obtida no endereço eletrônico da FUNAI.

A única Terra Indígena situada no limite dessa sub-bacia é Ofayé-Xavante, que ocupa hoje uma área de 1.937 ha dentro de um perímetro de 18 km com 47 indígenas de acordo com dado da FUNAI (figura 5.3.1.2).

Como resultado do processo histórico de avanço das frentes de ocupação da população branca, os Ofayé ao longo do século XX foram gradualmente sendo expropriados do seu

habitat dificultando a sobrevivência. Conseqüentemente houve uma dispersão e redução do grupo, que contava no ano de 1950 com aproximadamente 200 pessoas.

Essa redução de sua população se reflete inclusive na formação étnica dos municípios da região, já que diferentemente dos municípios do oeste e sul do estado, em Água Clara, Camapuã e Ribas do Rio Pardo, a população de origem indígena representa apenas 0,1%, enquanto em Três Lagoas e Brasilândia, esse percentual é de 0,2% (IBGE, 2000).

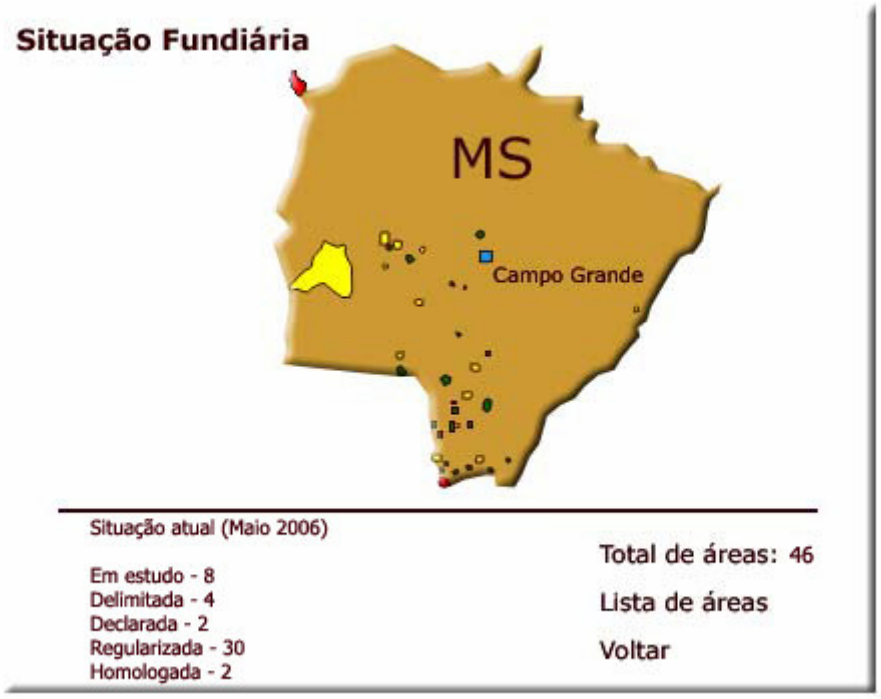

Figura 5.3.1.1 – Localização geral das Terras Indígenas localizadas no Mato Grosso do Sul[2]

- **Histórico da Terra Indígena Ofayé-Xavante**

Em 1924, em atendimento ao SPI, o Estado do Mato Grosso, pelo Decreto nº 683, de 24 de novembro de 1924, reservou uma área de "terras devolutas" de 3.600 ha para os Ofayé-Xavante, área que em 1927 foi demarcada com 3.695 ha. Em 1987, diante da perspectiva de alagamento dessa Terra Indígena pela formação do reservatório da UH Porto Primavera (Sérgio Mota) no rio Paraná, a FUNAI celebrou o convênio nº 008/87 com a Eletrobrás, constando neste a possibilidade de inundação das terras indígenas. Como contrapartida, a CESP (empresa do setor elétrico que tinha a concessão da usina hidrelétrica) assentou essa

[2] Figura retirada do página eletrônica da FUNAI: http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/ms/fun_ms.htm, no dia 27 de fevereiro de 2007.

os Ofayé em uma nova área de 1.973 ha de acordo com o Parecer nº 001/DID/SAD/SUAF, de 28 de outubro de 1991, onde foram construídas 15 casas de madeira de eucalipto e dois prédios de alvenaria, sendo uma escola e um posto de saúde, com energia elétrica.

Em 1996, em conformidade com o art. 9º do Decreto nº 1.775/96 foram apresentadas contestações à identificação e delimitação da área que foram julgadas improcedentes pelo Ministro da Justiça através do Despacho nº 44, de 09 de setembro de 1996.

Aspectos históricos do processo de ocupação que influenciou diretamente na população indígena são abordados no próximo item.

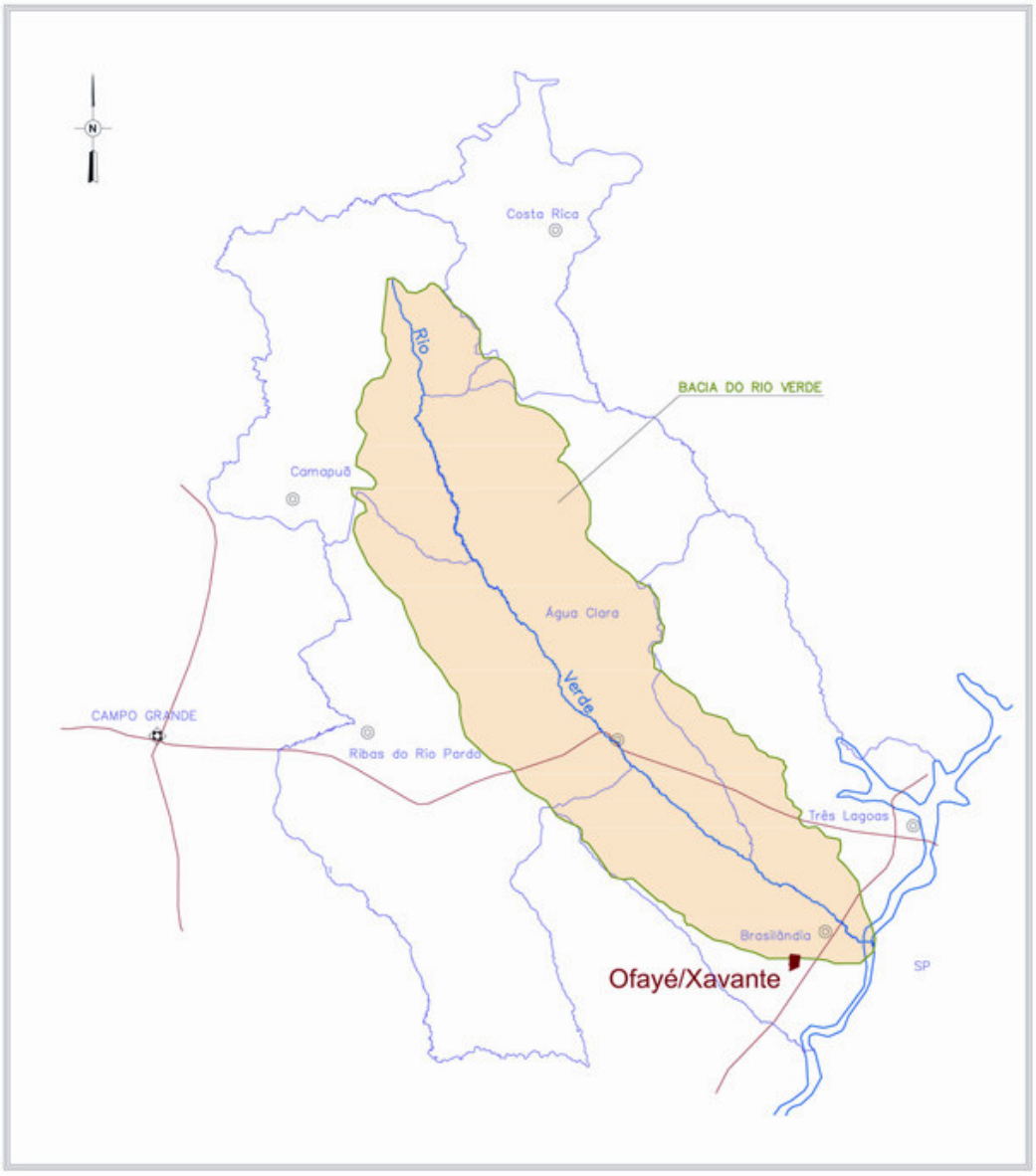

Figura 5.3.1.2 – Localização da Terra Indígena Ofayé-Xavante

5.3.2 Patrimônio arqueológico, histórico e cultural

5.3.2.1 Introdução

Este estudo objetivou uma avaliação preliminar acerca da ocorrência de sítios arqueológicos nas margens do rio Verde e afluentes, Estado de Mato Grosso do Sul para contribuir no estabelecimento de estratégias face às propostas de implantação de aproveitamentos hidrelétricos nesse rio.

Dessa forma, por meio do estabelecimento dessa estimativa preliminar relativa ao potencial arqueológico das margens do rio Verde, visa-se ao planejamento com o objetivo de eliminar ou mitigar eventuais impactos, decorrentes da implantação desses aproveitamentos sobre o patrimônio arqueológico eventualmente existente na área.

O estudo foi coordenado pelos Profs. Drs. Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto. A equipe que executou este trabalho foi composta por arqueólogos que atuam há vários anos na região Centro-Oeste, especificamente nos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, credenciados junto ao IPHAN e com experiência em pesquisas arqueológicas em áreas impactadas por obras de engenharia.

Um dos projetos de longa duração desenvolvido por essa equipe, desde 1993, é o da Arqueologia Preventiva na área impactada pelo reservatório da UHE Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera). Essa pesquisa abrange o baixo curso do rio Verde, onde essa equipe já localizou 18 sítios arqueológicos, bem como realizou escavações arqueológicas em 5 sítios nesse contexto: MS-VD-02 (Brasilândia 13), MS-VD-10 (Rio Verde 10), MS-VD-11 (Rio Verde 11), MS-VD-15 (Rio Verde 15), MS-VD-16 (Lagoa da Piranha 1).

No contexto do entorno do rio Verde, destacam-se os estudos realizados pelo Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, em Paraíso - alto curso do rio Sucuriú, ocasião em que foi descoberto o sítio arqueológico mais antigo, até o momento, datado em Mato Grosso do Sul (onze mil anos A.P.). Em termos de projetos de Arqueologia de Contrato, estudos foram feitos por ocasião do licenciamento ambiental da UHE Costa Rica, da Ferrovia FERRONORTE, da PCH Planalto, da PCH Buriti, da PCH Alto Sucuriú e da PCH Porto das Pedras, empreendimentos localizados nos municípios de Chapadão do Sul, Água Clara e Costa Rica. Todos os projetos anteriormente citados revelam o potencial arqueológico dessa região de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, o material técnico e bibliográfico produzido até o momento foi utilizado como o principal referencial para a elaboração deste estudo. Porém, apesar desse material ser suficiente para o estabelecimento de um diagnóstico do potencial

arqueológico da área a ser afetada pelos propostos empreendimentos, foram realizadas vistorias científicas de superfície em trechos do rio Verde. Não houve intervenções no terreno, o que, portanto, provocou a dispensa da autorização legal a ser expedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (em situações de licenciamento ambiental, quando não houver intervenções no solo, não é necessária a autorização desse órgão).

5.3.2.2 Objetivos e Justificativas

Assim, o presente estudo atende às exigências da legislação brasileira no que a mesma estabelece para o campo da Arqueologia em estudos de impacto ambiental, ou seja:

- A Lei nº 3924, de 26/07/1961, a qual proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;

- A Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.

O presente estudo contempla também as exigências normativas e operacionais fixadas pelos seguintes determinantes institucionais:

- Portaria IPHAN/MinC nº 07, de 01.12.1988, que normatiza e legaliza as ações junto ao patrimônio arqueológico nacional;

- Portaria IPHAN/MinC nº 230, de 17/12/2003, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidas nas diferentes fases de licenciamento ambiental.

Além disso, atende integralmente às solicitações do Termo de Referência do presente documento, aprofundando ainda mais ao incluir levantamentos em campo.

5.3.2.3 Procedimentos Metodológicos

O estudo abrangeu as seguintes atividades:

- **Pesquisa Bibliográfica e Cartográfica**

Realizou-se um estudo bibliográfico sobre o ambiente físico da região, além da Arqueologia, Etnologia e História regional, para, dessa forma, obter-se uma melhor compreensão das manifestações culturais que ocorreram na área e suas relações com a paisagem.

– Identificação de Variáveis Ambientais Relevantes à Localização de Sítios Arqueológicos

O contexto ambiental abrangido por este projeto foi analisado utilizando-se cartas topográficas e imagens de satélite, isto com a finalidade de avaliar os locais de maior probabilidade de ocorrência de evidências arqueológicas, valendo-se, para tal, da identificação de variáveis ambientais sugestivas para a localização de sítios arqueológicos:

✓ margens fluviais de topografia favorável ao acesso do fluxo d'água corrente;

✓ áreas de nascentes fluviais;

✓ terraços ou médias vertentes com declividade suave;

✓ áreas de afloramento de matéria-prima para indústria lítica;

✓ sulcos, ravinas, voçorocas, erosões fluviais, erosões laminares, edificações de sedes de propriedades rurais, cortes no terreno produzidos por estradas, áreas de extração de sedimentos (áreas-de-empréstimo), para fins de levantamento de sítios parcial ou totalmente destruídos.

Quanto à localização e caracterização de eventuais sítios arqueológicos históricos, foi utilizada como referência indicativa de potencial, a bibliografia histórica regional.

- **Vistoria Arqueológica de Superfície em Pontos Selecionados no Âmbito da Área de Impactos Diretos e Indiretos dos Empreendimentos**

– Caminhamentos Extensivos em Locais Selecionados

Os caminhamentos abrangeram a verificação de áreas selecionadas a partir das variáveis ambientais retro-citadas. Foram observadas as superfícies e perfis expostos por processos

erosivos naturais e antrópicos tais como voçorocas, bebedouros de gado, terrenos gradeados, etc.

- Registro dos Locais Pesquisados

Os locais pesquisados foram registrados com emprego de GPS (Global Positioning System), nas cartas topográficas e imagens.

5.3.2.4 Contribuições da Etno-História para a Arqueologia do Nordeste do Mato Grosso do Sul

Quando na primeira metade do século XVI os primeiros conquistadores europeus chegaram em Mato Grosso do Sul, encontraram algumas centenas de milhares de índios que aí viviam, há séculos, os quais estavam distribuídos por mais de uma dezena de etnias distintas entre si. Das fontes históricas do século XVI, praticamente nenhuma faz referência aos índios do nordeste sul-mato-grossense. Porém, de acordo com os cronistas dos séculos seguintes e com estudos etnográficos contemporâneos, como por exemplo o Mapa Etno-Histórico de Nimuendaju, editado em 1944, toda a área era habitada, hegemonicamente, pelos índios Kaiapó-meridional, hoje extintos. Segundo SCHADEN (1954: 396) o território ocupado por esses índios era o seguinte:

“Grande extensão do noroeste do Estado (SP), compreendida entre o rio Grande e o Paraná, bem como as áreas adjacentes do triângulo mineiro, do sudeste de Mato Grosso e sul de Goiás, constituiu o habitat de uma tribo jê, conhecida sob o nome de Kaiapó Meridionais. (...) Guerreiros denodados, faziam-se acompanhar das mulheres nos campos de luta, incumbidas de ficar atrás dos homens e passar-lhes as flechas à medida que as gastassem. Além de arco e flecha, serviam-se de grandes cacetes, particularidade que deu origem à designação de Ibirajara (“senhores dos tacapes, na língua geral) com que os Kaiapó e algumas outras populações figuram em textos antigos”.

PREZIA (1988: 4) ao analisar o grupo lingüístico Macro-Jê sintetizou algumas características comuns às tribos filiadas a esse tronco, as quais se apresentam a seguir:

- “são moradores do cerrado ou de áreas de mato aberto;
- possuem uma organização social complexa, dividindo a comunidade em metades ou clãs, divisão que é respeitada desde a direção da aldeia, até a realização de festas e rituais;

- não usam redes, dormindo em esteiras ou em estrados de varas;

- fabricam pouca cerâmica, desenvolvendo mais a pintura corporal e a arte plumária".

O processo colonizador português, no Brasil, iniciou sua interiorização no final do século XVI. As bandeiras paulistas de André Leão e Nicolau Barreto, explorando o vale do Paraíba do Sul e as terras além da Serra de Mantiqueira, inauguraram, na última década desse século, o fenômeno bandeirante. Entre 1600 e 1620, diversas bandeiras terrestres partiram do planalto de Piratininga em direção ao ocidente colonial buscando duas mercadorias muito valorizadas no comércio mercantilista: os metais preciosos e cativos indígenas. Dessa forma, o início do século XVII é também o momento que estabeleceu os primeiros contatos inter-étnicos entre colonos europeus e as etnias orientais de Mato Grosso do Sul e do extremo-oeste paulista.

Em 1610, os jesuítas espanhóis iniciaram a catequese dos índios Guarani do Guairá, no noroeste paranaense, intensificando a movimentação colonial na bacia do Alto Paraná. Com isso, alterações substanciais ocorreram na realidade étnica regional.

A presença dessas duas frentes de expansionismo colonial, embora rivais, debruçadas sobre o mesmo objeto, implicou um afastamento e diminuição dos aldeamentos indígenas nas proximidades do trecho sul-mato-grossense do rio Paraná. Nos anos seguintes à fundação da ação missionária, avolumaram-se as expedições preadoras oriundas de São Paulo, tanto sobre as aldeias tradicionais como sobre as diversas reduções guairenhas. As comunidades guaranis ocupantes do complexo fluvial Paraná/Paranapanema alteraram hábitos culturais e passaram a migrar constantemente provocando a reacomodação de outros grupos étnicos vizinhos, inclusive os do nordeste sul-mato-grossense. Os trechos abaixo, citados por TAUNAY (1922: 90), refletem a visão desse autor sobre a conjuntura inicial do século XVII na área ocidental da colônia:

"Em 1612 queixava-se o cabildo da Ciudad Real, a mais importante das colônias jesuíticas do Pequiry e Ivay ao governador de Buenos Aires, contando-lhe "la inquietud de los naturales, promovidas por los portugueses de la Villa de San Pablo en el Brasil, quienes los han sensocado y llevado más de 3.000 com harto perjuricio de esta ciudad".

Para o autor acima (op.cit.): "estavam os índios no maior alvoroço e ameaçavam despovoar a região emigrando tumultuosamente além Paraná e além Iguassu".

Segundo CALDARELLI (1993: 5), essa conjuntura histórica tem a seguinte implicação para a pesquisa arqueológica:

"(...) a situação de instabilidade em que se encontravam os indígenas, os quais passam a viver em habitações precárias e com objetos numericamente reduzidos e feitos rapidamente, em sua maioria com material perecível fáceis de serem produzidos, já que a extrema mobilidade característica da situação de conflito em que viviam os indígenas, os obrigava a constantemente abandonar seus acampamentos e objetos pessoais.

Este fato explica porque é difícil a recuperação arqueológica dos assentamentos indígenas mais recentes, sendo mais facilmente identificáveis os assentamentos pré-coloniais, quando as populações que ocupavam a área apresentavam maior densidade demográfica permaneciam mais longamente nas aldeias e produziam uma cultura material mais diversificada e numericamente mais expressiva do que a dos indígenas que as sucederam, em tempos históricos".

A união das coroas ibéricas, entre 1618 e 1648, fez da América do Sul uma única unidade política. A pressão colonial sobre o interior do continente aumentava. Em 1628 o capitão-general Luis de Céspedes Xeria, Governador do Paraguai, partiu de São Paulo em um comboio fluvial que percorreu, pioneiramente, a rota fluvial Tietê/Paraná até o Guairá. No ano seguinte, comandado por Raposo Tavares e Manoel Preto, ocorreu o grande e fulminante ataque bandeirante sobre as missões guairenhas provocando o êxodo maciço de índios dessa região para o sul do Brasil e para Mato Grosso do Sul. Estima-se que mais de vinte mil índios tenham abandonado a região somente nesse episódio. Em seguida, as investidas sobre os remanescentes índios guaranis guairenhos foram feitas em todas as direções.

Em 1648, foi a vez das reduções do Itatim, instaladas em Mato Grosso do Sul entre os vales do Miranda e do Apa, serem atacadas por Raposo Tavares. Os índios guaranis-itatins evacuaram a área e partiram em direção ao nordeste do Paraguai e serra de Maracaju. Em meados desse século, os núcleos coloniais espanhóis em Mato Grosso do Sul estavam definitivamente abandonados.

Durante o ano 1676, o bandeirante paulista Francisco Pedro Xavier, acompanhando as margens da rota Tietê/Paraná/Iguatemi e ultrapassando o planalto maracajuano, em Mato Grosso do Sul, invade e destrói Vila Rica del Espiritu Santo, no norte do Paraguai Oriental.

Segundo TAUNAY (1951: 147):

“Ao sertão da Vacaria que assim se chamava então o atual sul mato-grossense percorreram no último quartel do séc. XVII diversas bandeiras.

Em 1682, procurava Juan Diaz de Abdino saber quantos seriam aqueles portugueses implantados nas vizinhanças das ruínas de Santiago de Jerez e soubera que os cabos paulistas eram Pascoal Moreira e André de Zuñega “que tenian ochenta canoas en el rio de Botetey que entra à este del Paraguay”.

Na passagem do século XVII para o XVIII, a presença colonial luso-paulista estava consolidada em Mato Grosso do Sul, isto ao custo de cem anos de guerra etnicida e de conquista territorial. Porém, como atividade econômica, a partir de 1670, o bandeirismo de apresamento mostrou forte tendência ao declínio. A reorganização do tráfico negreiro após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, o esgotamento dos “estoques” de índios Guarani “domesticados” pelas missões, a resistência e a retirada dos sobreviventes para regiões mais ermas, progressivamente inviabilizaram a ação bandeirante de apresamento nos padrões da economia colonial.

Desse período histórico é muito improvável a presença de vestígios arqueológicos na área a ser impactada pela obra, sobretudo no segmento abrangido por este estudo. As características dessa modalidade colonizadora faziam com que não houvesse assentamentos permanentes, seu caráter era mais destrutivo que construtivo. Os bandeirantes não aspiravam ao povoamento nem à fixação nas áreas desbravadas. Sua relação com o espaço era de permanente movimentação, acompanhando sempre o deslocamento estratégico dos indígenas em retirada para o interior. Acrescente-se ainda o fato de que a cultura material bandeirante, nos padrões do modelo europeu, é descrita pelos historiadores como sendo elementar.

A crise do bandeirismo de apresamento, no fim do século XVII, não foi um fato isolado, ela estava inserida na primeira crise geral no sistema colonial português. A economia mercantilista lusa saiu profundamente enfraquecida da União Ibérica. As guerras pela restauração, a forte concorrência estrangeira e o anacronismo do modelo econômico, em resumo, provocaram o esvaziamento monetário do Império português. Em função disso, a dinastia bragantina promove e estimula a prospecção de metais preciosos no interior do Brasil. O setor bandeirante, estruturado para o sertanismo, facilmente adaptou-se à nova realidade. Em 1693, os paulistas descobriram ouro em Minas Gerais. Expulsos daí, em

1709, no episódio da Guerra dos Emboabas, dez anos depois estavam inaugurando o garimpo cuiabano.

A expansão territorial e demográfica provocada pela mineração em Mato Grosso transformou essa região em um promissor mercado colonial. Passadas as dificuldades dos primeiros anos de desbravamento, o processo de urbanização e administração foi organizado com a visita de Rodrigo Cezar de Menezes, Capitão-General e Governador da Capitania de São Paulo, em 1726, a Cuiabá.

A realidade anteriormente narrada estabeleceu nova função histórica para o espaço sul-mato-grossense. Essa região passou a ser a "espinha dorsal" do sistema viário fluvial para Cuiabá. Podemos entendê-la a partir da seguinte análise de SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (1945: 93):

"Graças a tais circunstâncias, a navegação dos rios continua a fazer-se sem interrupções e a rota seguida desde Araritaguaba vai assumindo, cada vez mais, o caráter de via de trânsito regular. O que estimulava agora essas expedições, já não era tanto o ânimo aventureiro, mas o lucro certo que prometia o comércio com esses remotos sertões, distanciados de qualquer recurso, onde os preços atingidos por todos os artigos, até mesmo de uso indispensável, parecem destinados a compensar abundantemente todos os riscos da viagem".

O tráfego fluvial regular entre São Paulo e Cuiabá foi definindo-se paulatinamente. As antigas rotas seiscentistas que seguiam preferencialmente pelos caminhos Tietê/Sucuriu, Tietê/Verde, Paraná/Ivinhema ou Tietê/Pardo/Aquidauana, tinham vários inconvenientes para a nova modalidade de trânsito que exigia mais segurança. Por volta de 1720, uma nova rota foi descoberta pelos irmãos Leme, segundo HOLANDA (1945: 97):

"Desejosos, talvez, de procurar passagem mais breve para as minas, deliberaram aqueles sertanistas continuar em águas do Pardo, subindo a parte encachoeirada que fica além da barra do Anhanduí, e chegaram, assim, ao ribeirão Sanguesuga. Neste ponto, o divisor das bacias do Paraguai e Paraná abrange apenas cerca de duas léguas e meia de extensão e parece admiravelmente apropriado à varação das canoas".

A tradicional rota fluvial Pardo/Anhanduí/Aquidauana tinha o seu varadouro terrestre no atual município de Terenos. Esta não foi totalmente abandonada, em 1726, por exemplo, foi a escolhida pelo governador da Capitania de São Paulo para ir a Cuiabá.

Com a implantação da Fazenda Camapuã, ainda na década de vinte do século XVIII, no varadouro entre o rio Pardo e o rio Camapuã, oferecendo mais segurança e recursos aos viajantes, a nova rota passou a ser o caminho oficial das monções por mais de um século. Outros caminhos, menos usuais, existiam, entre esses podemos citar o do rio Verde, do Sucuriú e alguns terrestres. HOLANDA (1945: 138) observou que:

"É preciso acrescentar que numa navegação longa e sem porto seguro, era necessidade restringir ao mínimo qualquer contacto com a terra firme. O breve varadouro de Camapuã correspondia bem a essa necessidade. Um estabelecimento permanente, em tal situação, permitira evitar, ou ao mesmo diminuir, o risco de assaltos do gentio Caiapó, que vagava nas comarcas a leste do Pardo."

TAUNAY (1981: 209) publicou o relato que D. Antônio Rolim de Moura, 1° Governador da Capitania de Mato Grosso, fez de sua viagem de São Paulo para a Vila de Cuiabá, em 1751. Desse texto é interessante destacar a referência feita aos índios kaiapós no roteiro das monções:

"Três são as nações que costumam perseguir aos viajantes deste caminho; a primeira é a dos caiapós; são forçosos e ligeiros, usam por armas de arco e flecha, e de porretes. Estes são uns paus, do tamanho de um covado, pouco mais ou menos, de uma parte redondos, por onde lhe pegam; pela outra espalhados, como os paus de remos; enfeitam-nos cobrindo-os com seus tecidos feitos de cascas de árvore, de várias cores, à imitação de esteiras; porém muito ajustados, e unidos aos paus: o seu modo de pelejar é atraiçoadamente; tomando sentido onde alguma tropa se arrancha, e parecendo-lhes que três partido, a vêm atacar quando acham descuidada; porém, se a tropa tem algum poder, se não resolvem a isso. O mais comum é esperar o que saem do campo para caçar, escondendo-se de modo que não é fácil vê-los, por se pintarem de modo que ficam da cor do mato, e de repente darem sobre os que vão passando, atirando-lhes primeiro com as flechas, e depois quebrando-lhes as cabeças com os porretes; o que feito, fogem logo, deixando a arma com que fizeram a morte. Contra esses basta um pouco de cautela dos ranchos, e também que não saiam menos de dois ou três a caçar, e que estes se recolham juntos, pois na retirada é que eles costumam mais dar os seus assaltos".

As abordagens acima são claras ao mostrar que, apesar da intensa movimentação colonial, durante o século XVIII, na região nordeste de MS, sobre as extintas rotas das monções, é improvável a existência de vestígios arqueológicos relacionados a esse fenômeno histórico na área impactada pela PCH. Em toda a região nordeste de Mato Grosso do Sul não houve

estabelecimentos fixos, exceto a Fazenda Camapuã. A presença colonial, na área, definia-se pela transitoriedade.

Em 17/04/2001, o autor deste texto e a Sra. Maria Margareth Ribas Escobar, Diretora do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – em Campo Grande, localizaram a área do assentamento da histórica Fazenda Camapuã, no município homônimo e formalizaram o registro do local como sítio arqueológico. Na superfície vistoriada foram encontrados fragmentos de telhas, bem como foram coletados depoimentos de antigos moradores que tiveram a oportunidade de observar, antes da demolição definitiva, os segmentos restantes de estruturas das edificações originais. Um dos pontos vistoriados corresponde às coordenadas geográficas 19º31'39"S 54º03'58"W.

O "Ciclo do Ouro" esgotou-se no final do século XVIII. A crise atingiu também o comércio cuiabano e afetou intensamente o movimento monçoeiro, reduzindo-se assim, drasticamente, o número de comboios fluviais. O núcleo rural de Camapuã enfrentou forte recessão. A região em foco neste estudo refluiu ao semi-isolamento, ficando portanto entregue ao povoamento quase que exclusivo de índios kaiapós e, talvez, de alguns pequenos grupos de índios ofaiés-xavantes e guaranis.

Na primeira década do século XIX, a economia mercantilista portuguesa ruiu. As atividades econômicas coloniais entraram em profunda recessão. Em Mato Grosso produzia-se para a subsistência. A inexistência quase total, na região nordeste do Estado, de estabelecimentos agropastoris, em mais de trezentos anos de colonização, foi propícia à preservação da originalidade da paisagem vegetal. Em 1826, uma expedição naturalista, comandada pelo Barão de Langsdorf, navegou pelo antigo caminho das monções. O desenhista francês, Hércules Florence, integrante da expedição, iconografou diversas cenas da viagem e assim descreveu o estado de conservação das margens do Pardo (FLORENCE, 1977: 58).

"Atingimos a embocadura do rio Pardo, célebre entre os paulistas, de um lado, pelos perigos e canseiras que aí esperavam o viajante ao querer vencer a força de suas correntezas e transpor numerosas cachoeiras e suas quedas: de outro, afamado pela beleza das campinas em que corre e que, oferecendo à vista, já farta da monotonia de interrompidos matos, vastas perspectivas cortadas de outeiros, riachos e capões (...).

No meio desses campos ao caçador facilmente se deparam veados, perdizes e outros animais, cuja carne lhe enriquece a mesa, aumentando destarte o prazer de atravessar tão bela região."

A descrição anterior é, provavelmente, o último testemunho da integridade paisagística natural da área. A partir de 1830, a economia imperial brasileira, impulsionada pela ascensão da atividade cafeeira, recupera-se aceleradamente. A fronteira agropastoril expande-se para o oeste. A valorização fundiária das férteis terras do triângulo mineiro empurra a pecuária extensiva, aí instalada, para além dos rios Paranaíba/Paraná. Em 1832, Joaquim Francisco Lopes, irmão do célebre "Guia Lopes", imortalizado no romance de Taunay, "A Retirada da Laguna", fez sua primeira viagem exploratória nos campos e pastagens do nordeste sul-mato-grossense e, em seguida, aos "campos de vacaria", na região Centro-sul do Estado. Dessa data em diante o fluxo migratório da pecuária, principalmente mineira, em direção a Mato Grosso do Sul, não mais cessou. Em poucas décadas o modelo pastoril estava estruturado e abrangia boa parte da extensão espacial focalizada por este estudo.

Sob o regime imperial redefiniu-se a política oficial de contato cultural com os índios, visando-se assim atender as necessidades da nova realidade. Ao estudar os relatórios das diversas gestões da Diretoria Geral dos Índios, em Mato Grosso, na segunda metade do século, PINA DE BARROS (1989: 210), assim formula o quadro da época:

"A política indigenista nortea-se pelo binômio: defesa contra os índios e aproveitamento de sua mão-de-obra. Com as mudanças estruturais ocorridas pela decadência da mineração e com a conseqüente proliferação das atividades de subsistência e auto-consumo, por um lado, e ampliação das fazendas de criação de gado e cana de açúcar, por outro, forjam-se facetas particulares nas relações índio/colonizadores, no decorrer do período imperial em MT. Para isso também concorreu a impossibilidade de reposição da mão-de-obra escrava, seja pela queda do poder aquisitivo, seja pela inibição de tráfico negreiro".

O Cel. Ricardo José Gomes Jardim, presidente da província, em ofício ao Governo Imperial, ao descrever o quadro etnográfico de Mato Grosso em seu relatório de 1846, assim se referiu aos índios kaiapós (JARDIM: 1869: 350).

"A aldea de Santa Anna do Paranahiba contava de 150 a 160 índios cayapós de ambos os sexos, que emigraram das aldêas de Goyaz em 1835, das quaes muitos se têm dispersado, empregando-se como camaradas da tropa, e outros trabalhando a jornal para os oradores de districto. Tiveram um inspetor nomeado pela presidência em 1838, o qual deixou de existir por falta de consignação para o pagamento do seu ordenado."

O primeiro Diretor Geral dos Índios em Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira, em seu relatório de 1848 localiza os índios kaiapós (AYALA & SIMON, 1914: 91):

"(...) entre os rios Paraná, Paranayba e as cabeceiras de São Lourenço e Taquary, uns desealdeados no destacamento nas margens do Piquiry: outros no porto de Paranayba. Outros não têm residência certa. Vivem da caça, pesca, frutos da terra; cultivam milho, arroz, mandioca, batata, cana; fabricam algumas rapaduras; criam porcos, aves, gado-vacum e cavalar. A maior parte entendem e falam nosso idioma (...) Muitos se ajustam ao serviço dos moradores do distrito e viajantes".

No fim do século XIX, os índios kaiapós meridionais estavam, praticamente, extintos em Mato Grosso do Sul. Algumas famílias sobreviventes, isoladas na condição de "índios de fazenda", podem ter resistido mais alguns anos. A mestiçagem com a população local os fez desaparecer definitivamente. SCHADEN (1954: 396) noticiou a existência dos últimos trinta índios kaiapós, vivendo, em 1910, à jusante da cachoeira Água Vermelha, nas duas margens do rio Grande, isto é, entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, encerrando, talvez, mais de um milênio de existência dessa cultura humana.

A identificação de uma zona de transição étnica estabelecida por uma fronteira natural, representada pelo traçado do rio Pardo e adjacências, foi ressaltada por MARTINS (1992) como tendo sido a porção ao norte desse rio o antigo habitat dos índios kaiapós meridionais e, ao sul, o território Guarani - etnia esta, ainda hoje presente nas regiões do sul do Estado e representada pelas tribos Kaiowá e Nhandeva.

Na passagem do século XIX para o século XX, quando já não mais existiam índios guaranis vivendo na margem direita do rio Paraná, a montante do rio Ivinhema, os índios ofaié-xavantes ocuparam esse espaço, o qual é abrangido atualmente, em parte, pela área do reservatório da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta (ex-UHE Porto Primavera), pescando, caçando e acampando ao longo dos riachos e baías onde deságuam os ribeirões Combate, Três Barras, Samambaia e outros, inclusive a montante do rio Pardo. As aldeias maiores tinham casas em forma de cúpula, configurando assim amplo círculo composto por cerca de 20 casas, com área central de terra batida para danças e disputas, caminhos para o rio e para a roça; o sepultamento era efetuado em local distante da aldeia. (RIBEIRO, 1951).

O passado e o modo de ser dos índios ofaiés-xavantes, antes do contato com o colonizador europeu é desconhecido. Não há pesquisas arqueológicas e etno-históricas que revelem esse panorama. As primeiras informações concretas sobre a etnografia desses índios

surgem em meados do século XIX, quando a expansão da fronteira agropastoril brasileira em terras do então sul de Mato Grosso já era uma realidade irreversível. Assim, pressupõe-se que, no período citado no parágrafo anterior, a fricção interétnica já deveria ter acarretado significativas alterações no modo de ser dos índios ofaiés-xavantes, sobretudo no que diz respeito à questão da cultura material desse povo.

Somente no começo do século XX, com a ação de Rondon e de técnicos do SPI - Serviço de Proteção ao Índio -, especialmente de Curt Nimuendaju, é que surgiram os primeiros testemunhos confiáveis sobre as características etnográficas dos índios ofaiés-xavantes. Nessa época, devido aos contatos conflituosos, cada vez mais constantes com elementos da sociedade envolvente, esse grupo indígena encontrava-se em franco processo de desintegração tribal.

Por inferência etnográfica baseada nos relatos dos primeiros contatos entre índios ofaiés-xavantes e "brancos", esses índios, antes do contato, poderiam ser classificados como uma sociedade integrante do tronco lingüístico Macro-Jê, portadores de um modelo econômico baseado quase que exclusivamente na caça, pesca e coleta de vegetais silvestres, daí terem um comportamento espacial, sobretudo ambulante, obedecendo este à sazonalidade dos recursos naturais disponíveis.

De uma forma sintética, com os dados disponíveis, pode-se deduzir que antes da segunda metade do século XIX, os índios ofaiés-xavantes viviam na região hoje compreendida entre os municípios sul-mato-grossenses de Rio Brilhante e Campo Grande. A partir da ocupação dessa região por fazendas, após a Guerra do Paraguai (1864/70), esses índios foram paulatinamente obrigados a procurar refúgios em outras áreas ainda não impactadas pela expansão da fronteira agropastoril. Foi por isso que, então, eles migraram para os pantanais da margem direita do rio Paraná, entre os municípios de Anaurilândia e Três Lagoas ou para os pantanais dos rios Tabôco e Negro, no município de Aquidauana. No que diz respeito aos grupos que migraram para as margens do rio Paraná, os principais roteiros obedeciam às bacias hidrográficas dos rios Anhanduí/Pardo, rio Verde e rio Ivinhema.

Entre outras conseqüências desse processo pode-se destacar a instabilidade dos assentamentos, seja no tempo e/ou no espaço, evidenciada, na primeira metade do século XX, principalmente, pela mobilidade permanente em busca de refúgios ambientais provisórios, na margem direita do rio Paraná, na região entre o baixo curso do rio Ivinhema e o rio Sucuriú, em Mato Grosso do Sul.

No entanto, é necessário considerar que as circunstâncias históricas impuseram a esses índios a meta de territorializar uma nova área para a reprodução física e cultural do grupo. Entre outras localidades, na margem direita do alto curso do rio Paraná, esse fenômeno migratório/cultural ocorreu no interior da imensa gleba de terra abrangida pela Fazenda Boa Esperança, no século passado (XX).

Nas últimas décadas, com a degradação ambiental acentuada pelo modelo econômico em vigor, a oferta ambiental de produtos naturais (caça, pesca e coleta) foi drasticamente reduzida, o que obrigou os índios ofaiés-xavantes a substituírem seu padrão tradicional de subsistência por formas típicas da sociedade envolvente, ou seja, sobretudo por pequena agricultura e por trabalho assalariado em fazendas da região.

Atualmente, a população da Terra indígena Ofaié-xavante, ocupante de uma área adquirida pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, no município de Brasilândia/MS, lindeira com a área citada na Portaria Demarcatória 264, de 28 de maio de 1992, do Ministério da Justiça/FUNAI, é composta por aproximadamente 60 pessoas, sendo que dessas, aproximadamente vinte índios são da etnia Ofaié-Xavante, e os demais da etnia Guarani ou mestiços de índios ofaiés-xavantes com trabalhadores rurais.

Os índios ofaiés-xavantes estão parcialmente adaptados aos costumes dos “brancos”, isto por força das circunstâncias que a eles foram impostas pelo modelo econômico regional, o que, no entanto, não significa que o grupo perdeu sua identidade étnica e/ou a auto-estima. Valores culturais de primeira grandeza na caracterização de uma sociedade diferenciada da envolvente estão presentes entre o grupo, tais como a língua, a religião, a mitologia e a auto-identificação enquanto comunidade indígena distinta das demais etnias existentes na geografia humana nativa de Mato Grosso do Sul.

5.3.2.5 Arqueologia Regional

As pesquisas arqueológicas já desenvolvidas no Centro-oeste brasileiro, embora ainda relativamente escassas, permitem o delineamento de um panorama preliminar relativo ao povoamento pretérito na região.

As pesquisas realizadas por VIALOU et al. (1996) em Jangada/MT ampliaram o horizonte cronológico de povoamento da região: as datações indicaram ocupações que tiveram lugar entre 10.000 e 30.000 anos A.P. Desses acampamentos antigos restaram líticos lascados, carvões e inscrições rupestres, localizados nas profundidades de 1,90 m a 3,00 m.

Um resumo do processo de ocupação humana no Centro-Oeste foi elaborado por SCHMITZ (1993). As camadas correspondentes ao ambiente em processo de tropicalização do final do Pleistoceno, entre 11.000 e 8.500 anos A.P., apresentaram uma indústria lítica sobre blocos e/ou seixos, onde destacam-se artefatos grandes, plano/convexos, retocados unifacialmente, confeccionados sobre lascas, em geral laminares, com a predominância de furadores e raspadores terminais encabados. Esses instrumentos seriam marcantes de uma matriz cultural denominada Tradição Itaparica, Fase Serranópolis - o que não é consenso entre os autores[3]. Pouco tempo depois, por volta de 8.000 anos A.P., surgiram, isoladamente, pontas líticas pedunculadas, cujos produtores teriam sido indivíduos pertencentes a grupos de caçadores/coletores que exploravam recursos diversificados em distintos contextos ecológicos: em sua perambulação sazonal pela paisagem, captavam os recursos necessários à sua economia natural e habitavam, periodicamente, em abrigos sob rocha e/ou grutas. Nesses locais exerceram atividades múltiplas, como por exemplo, sepultamentos, fabricação de ferramentas líticas, refeições, talvez rituais mitológicos, etc. A alimentação desses grupos era variada, comiam animais de vários tamanhos, entre eles cervos, veados, capivara, aves, ovos de ema, peixes, pequenos roedores, etc., além de frutos de palmeiras. O número de sítios é pequeno, sugerindo baixa densidade demográfica.

De acordo com o autor supracitado, o progressivo aumento de temperatura entre 8.500 e 6.500 anos A.P., ocasionou significativas mudanças ambientais que influenciaram os padrões culturais até então vigentes, principalmente na alimentação. O papel da caça reduziu-se, aumentando, em contrapartida, o consumo de produtos vegetais e moluscos terrestres que se multiplicaram com o aumento da umidade. Ocorreu o desaparecimento de artefatos bem confeccionados e a sua substituição por lascas pouco retocadas, sem o bom acabamento técnico anterior. As pontas pedunculadas continuaram existindo, porém foram ficando cada vez mais raras, indicando talvez o progressivo desuso dessa tecnologia. Esse horizonte crono/tecnológico/cultural, em Goiás, foi identificado por SCHMITZ (1993) e GONZÁLEZ (1996) como Tradição Serranópolis e está restrito a eventos arqueológicos localizados em abrigos sob rocha. A caça e a coleta generalizada deveriam ser a tônica da economia. O número de sítios permaneceu estável.

[3] Segundo PROUS (1992:168):
"O parco conhecimento das culturas do Brasil central e nordestino faz com que seja prematuro tentar definir tradições culturais, apesar de ter sido criada uma "tradição Itaparica" em Pernambuco, 'a qual P.I. Schmitz propôs integrar todas as indústrias líticas com raspadores e técnica de retoque unifacial. Como esta definição poderia ser aplicada a quase todas as ocorrências conhecidas nesta ampla zona e até no Estado de São Paulo, acreditamos que esta "tradição Itaparica" não tem valor classificatório suficiente."

Posteriormente, entre 6.500 e 4.000 anos A.P., a temperatura atingiu os maiores índices dos últimos milênios ocasionando o fenômeno ambiental conhecido como “optimum climático”. Esse segmento cronológico, ambientalmente, foi caracterizado por uma expressiva expansão da cobertura vegetal e pela multiplicação da fauna terrestre. Os resultados das pesquisas sugerem uma diminuição na ocupação dos abrigos sob rocha e a multiplicação de sítios arqueológicos a céu aberto. A indústria lítica unifacial é substituída por bifaces leves e pesados, evidenciando tecnologias regionais. As pontas pedunculadas continuam sendo fabricadas em algumas localidades (SCHMITZ, 1993).

Com a estabilidade climática e ambiental que se estabeleceu após o “optimum climático” os diversos processos culturais engendrados pelos grupos de caçadores/coletores locais adaptaram-se à nova realidade ecológica e foram também, provavelmente, influenciados pela ação intrusiva de elementos culturais trazidos por grupos adventícios, diversificando-se, assim, os padrões de comportamento cultural conforme as especificidades de cada contexto.

Ainda é incerta a origem da cerâmica e da agricultura no Centro-Oeste, porém, algumas evidências indicam para momentos anteriores a dois mil anos atrás.

Dentre os vestígios mais antigos de povos ceramistas no Centro-Oeste brasileiro, ressaltam-se os dos ocupantes de abrigos sob rocha, alguns séculos antes de Cristo. Essas manifestações ceramistas – confeccionadas por meio de técnicas bem simples – são classificadas, na terminologia arqueológica, como filiadas à Tradição Una.

Segundo GONZÁLEZ (1996) essa cerâmica tanto pode ter sido uma invenção tecnológica de grupos de caçadores locais como pode ter sido introduzida, na região, através de processos difusionistas. Para essa autora, essa tradição caracteriza-se, principalmente, pela cerâmica lisa, de espessuras entre 4 a 10 mm, com superfícies nas cores preto, marrom e cinza, compondo tigelas, vasilhas médias e pequenas, de formato globulares e cônicos, com gargalo. O surgimento da cerâmica no Centro-Oeste teria sido precedido pela descoberta de rústicos manejos agrícolas por grupos de caçadores/coletores da Tradição Serranópolis.

PROUS (1992), afirma que os grupos produtores da cerâmica Una ocupavam zonas de transição entre cerrado e mata, formavam pequenos grupos relacionados a povos proto-jês.

Posteriormente, entre os primeiros séculos da era cristã e o início do período colonial, desenvolveu-se a Tradição Aratu - um vasto horizonte cultural arqueológico que abrange regiões do Nordeste e Centro-Oeste, com algumas infiltrações no Sul-amazônico. Os

produtores da cerâmica Aratu, também associados aos antepassados dos índios Macro-Jê, viveram em grandes aldeias, ocupando relevos suavemente ondulados e próximos a cursos fluviais menores. Uma das características arqueológicas mais marcantes dessa tradição ceramista são as grandes urnas funerárias com formatos piriformes, com tampas, bases convexas, paredes espessas e raramente decoradas com engobo vermelho.

Segundo GONZÁLEZ (1996), o material lítico dessa tradição abrange peças polidas - lâminas de machado, mãos de pilão, rodelas de fuso, recipientes em serpentinas, tembetás em quartzo – além de, em menor número, lascas.

Por volta do ano 1000 da era cristã, os sítios arqueológicos, no Centro-Oeste, demonstram a presença de um novo padrão cerâmico permeando o universo Aratu, ou seja, as evidências dos vestígios das tradições ceramistas Uru e Tupiguarani, produzidas por índios portadores de um padrão cultural típico de horticultores de florestas tropicais, onde a mandioca era fundamental na alimentação. Estes dados revelam um passado complexo de relacionamento interétnico entre grupos indígenas pré-coloniais no ambiente do Cerrado. Finalmente, segundo alguns autores, por volta do século XVIII, no contexto situado entre MT e MS (vales do Alto Paraguai, Vermelho, São Lourenço, Piqueri, Taquari, Coxim), delineou-se um novo panorama tecno-cultural. A quase extinção de sítios arqueológicos representantes das tradições anteriores, denota o surgimento dos grupos indígenas Bororó com sua cerâmica característica, indicando um possível processo regional de trocas culturais, envolvendo grupos Uru e Tupiguarani (GONZÁLEZ,1996).

Na medida em que as pesquisas vão se ampliando, evidenciam-se diversos contextos culturais no passado arqueológico do Centro-Oeste, que variam no tempo e no espaço, remetendo à pluralidade de áreas culturais na região.

- **Arqueologia da Bacia do Alto Paraná e Sub-Bacia do Verde**

Os estudos arqueológicos até agora realizados no Centro-Oeste são parciais e limitam-se, predominantemente, à área do Cerrado. No Mato Grosso do Sul, o Pantanal, o sul do Estado, bem como as planícies fluviais da Bacia do Alto Paraná, são regiões com feições ambientais próprias. Os estudos arqueológicos iniciados recentemente por SCHMITZ (1993), MARTINS & KASHIMOTO (1995), PEIXOTO (1995), MARTINS (1996), OLIVEIRA (1995), KASHIMOTO & MARTINS (2005) devem apresentar para esses contextos modelos arqueológicos específicos.

Os doze anos de pesquisa arqueológica do alto curso do Rio Paraná e afluentes (figura 1), especialmente na área do reservatório da UHE Eng. Sérgio Motta4 (situado entre as coordenadas geográficas 22°24'00"S/52°58'00"W e 20°47'27"S/51°37'58"W), realizadas pelos presentes pesquisadores, resultaram na localização de 176 sítios arqueológicos e o processamento de 188 datações de material arqueológico, entre fragmentos de cerâmica (termoluminescência) ou carvão (radiocarbono). Nas escavações arqueológicas foram evidenciados vestígios de ocupações humanas na área, datadas entre 6.040 ± 60 (Gif-12019) e 240 ± 30 anos A.P. (Gif-10038).

Na seqüência ocupacional arqueológica percebe-se que a presença de índios Guarani, nesses locais, era majoritária entre o século VIII e o século XVIII, isto é, por mais de mil anos consecutivos; ao norte, nas proximidades de Três Lagoas, vivam os Jê no ambiente de cerrado. O ambiente de floresta estacional semidecidual aluvial e a navegabilidade do rio Paraná - um eixo de comunicação hidrográfica no sentido norte-sul – já havia estimulado sua ocupação por povos caçadores/pescadores/coletores, há pelo menos 6.000 anos. A essas ocupações pré-histórica sucederam-se as dos indígenas ceramistas (KASHIMOTO & MARTINS, 2005).

O conjunto de sítios arqueológicos localizados na Bacia do Paraná, nos municípios de Brasilândia e Três Lagoas, especificamente na área de entorno do baixo curso da sub-Bacia do Verde são apresentados na tabela 5.3.2.5.1.

Tabela 5.3.2.5.1 - Sítios arqueológicos da bacia do Paraná, municípios de Brasilândia e Três Lagoas (Figuras 5.3.2.5.2 e 5.3.2.5.3)

Cód figs.1 e 2	SÍTIO ARQUEOLÓGICO (continua)	C.G. OU UTM	Implantação (d=margem direita; e=margem esquerda)	Material arqueológico
01	MS-PR-39 (Alto Paraná 12 - AP12)	21º32'28"S 52º06'21"W	rio Paraná (d)/ córrego Remanso (e)	lítico e cerâmico
02	MS-PR-40 (Alto Paraná 13 - AP13)	21º30'14"S 52º04'25"W	rio Paraná (d)/ córrego Paredão (e)	lítico e cerâmico
03	MS-PR-41 (Córrego Azul 1 - AZ1)	21° 29' 30"S 52°04'03"W	córrego Azul (d)/ rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
04	MS-PR-42 (Brasilândia 3 - BR3)	21º30'40"S 51º59'30"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
05	MS-PR-43 (Brasilândia 4 - BR4)	21º30'05"S 51º58'32"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
06	MS-PR-44 (Alto Paraná 16 - AP16)	21º29'07"S 51º57'40"W	rio Paraná (d)	lítico
07	MS-PR-45 (Ribeirão Taquari 1 - TQ1)	21° 27' 15"S 52°01'44"W	ribeirão Taquari (d)	lítico e cerâmico
08	MS-PR-46 (Ribeirão Taquari 2 - TQ2)	21° 25' 40"S 52°01'06"W	ribeirão Taquari (d)	lítico e cerâmico
09	MS-PR-47 (Ribeirão Taquari 3 -	21°25'24"S	ribeirão Taquari (e)	lítico e cerâmico

[4] "Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS" (etapas de levantamento, resgate e monitoramento arqueológico do reservatório) desenvolvido a partir de contratos firmados entre a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

Cód figs.1 e 2	SÍTIO ARQUEOLÓGICO (continua)	C.G. OU UTM	Implantação (d=margem direita; e=margem esquerda)	Material arqueológico
	TQ3)	52°01'06"W		
10	MS-PR-48 (Rio Taquari 4 - TQ4)	21° 25' 00"S 52°01'07"W	ribeirão Taquari (e)	lítico e cerâmico
11	MS-PR-49 (Alto Paraná 17 - AP17)	21º25'29"S 51º55'24"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
12	MS-PR-50 (Alto Paraná 18 - AP18)	21° 22' 20"S 51°54'37"W	lagoa sem denominação (d)	lítico
13	MS-PR-51 (Alto Paraná 19 - AP19)	21° 21' 20"S 51°53'25"W	rio Paraná (d)/ lagoa s/denominação	lítico e cerâmico
14	MS-PR-52 (Brasilândia 7 - BR7)	21º20'05"S 51º51'58"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
15	MS-PR-53 (Brasilândia 8 - BR8)	21º15'40"S 51º51'34"W	rio Paraná (d)	lítico
16	MS-PR-54 (Alto Paraná 22 - AP22)	21º14'30"S 51º51'51"W	rio Paraná (d)	lítico
17	MS-PR-55 (Cabeceira Perdida 1 - CP1)	21° 14' 17"S 51°58'15"W	Cabeceira Perdida (d)	lítico e cerâmico
18	MS-PR-56 (Brasilândia 10-BR10)	21º13'55"S 51º51'47"W	ilha Verde/rio Paraná	lítico
19	MS-PR-57 (Brasilândia 11-BR11)	21º12'34"S 51º52'40"W	ilha Verde/rio Paraná	lítico e cerâmico
20	Ilha Verde 1 (IE1)	21º12'24"S 51º53'05"W	ilha Verde/rio Paraná	lítico e cerâmico
21	MS-PR-58 (Alto Paraná 23 - AP23)	21º10'15"S 51º52'50"W	rio Paraná (d)	lítico
22	MS-PR-59 (Alto Paraná 24 - AP24)	21º09'57"S 51º52'53"W	rio Paraná (d)	lítico
23	MS-PR-60 (Alto Paraná 25 - AP25)	21º08'37"S 51º52'56"W	rio Paraná (d)	lítico
24	MS-PR-61 (Alto Paraná 26 - AP26)	21º07'33"S 51º51'24"W	rio Paraná (d)	lítico
25	MS-PR-62 (Alto Paraná 27 - AP27)	21º07'29"S 51º50'18"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
26	MS-PR-63 (Alto Paraná 28 - AP28)	21º06'54"S 51º49'26"W	rio Paraná (d)	lítico
27	MS-PR-64 (Ilha Água Limpa 1 - IA1)	21º07'05"S 51º49'26"W	ilha Água Limpa/ rio Paraná	lítico e cerâmico
28	MS-PR-65 (Ilha Água Limpa 2 - IA2)	21º07'18"S 51º49'01"W	ilha Água Limpa/ rio Paraná	lítico
29	MS-PR-66 (Ilha Água Limpa 3 - IA3)	21º06'56"S 51º48'54"W	ilha Água Limpa/ rio Paraná	lítico
30	MS-PR-67 (Alto Paraná 29 - AP29)	21º06'28"S 51º48'38"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
31	MS-PR-68 (Alto Paraná 30 - AP30)	21º06'05"S 51º47'40"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
32	MS-PR-69 (Alto Paraná 31 - AP31)	21º05'54"S 51º47'30"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
33	MS-PR-70 (Alto Paraná 32 - AP32)	21º05'15"S 51º47'16"W	rio Paraná (d)	lítico
34	MS-PR-71 (Alto Paraná 33 - AP33)	21º00'41"S 51º45'24"W	rio Paraná (d)	cerâmico
35	MS-PR-72 (Alto Paraná 34 - AP34)	20º59'56"S 51º44'48"W	rio Paraná (d)	lítico
36	MS-PR-73 (Alto Paraná 35 - AP35)	20º59'11"S 51º44'17"W	rio Paraná (d)	lítico
37	MS-PR-74 (Ribeirão Palmito 1 - PM1)	20° 57' 55"S 51°43'14"W	ribeirão Palmito (e)	lítico
38	MS-PR-75 (Ribeirão Palmito 2 - PM2)	20° 57' 20"S 51°42'58"W	ribeirão Palmito (e)	lítico
39	MS-PR-76 (Três Lagoas 1 - TL1)	20º57'58"S 51º42'54"W	rio Paraná (d)/ ribeirão Palmito (e)	lítico
40	MS-PR-77 (Alto Paraná 37 - AP37)	20º57'21"S	rio Paraná (d)	lítico

Cód figs.1 e 2	SÍTIO ARQUEOLÓGICO (continua)	C.G. OU UTM	Implantação (d=margem direita; e=margem esquerda)	Material arqueológico
		51º41'57"W		
41	MS-PR-78 (Ilha Comprida 1 - IC1)	20º57'28"S 51º41'40"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
42	MS-PR-79 (Ilha Comprida 2 - IC2)	20º58'05"S 51º40'54"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
43	MS-PR-80 (Ilha Comprida 3 - IC3)	20º57'52"S 51º39'42"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
44	MS-PR-81 (Ilha Comprida 4 - IC4)	20º57'32"S 51º39'18"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico
45	MS-PR-82 (Ilha Comprida 5 - IC5)	20º57'17"S 51º39'03"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
46	MS-PR-83 (Ilha Comprida 6 - IC6)	20º56'16"S 51º40'18"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
47	MS-PR-84 (Alto Paraná 38 - AP38)	20º56'04"S 51º40'27"W	rio Paraná (d)	lítico
48	MS-PR-85 (Ilha Comprida 7 – IC7)	20º55'57"S 51º39'59"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
49	MS-PR-86 (Ilha Comprida 8 - IC8)	20º55'53"S 51º37'22"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
50	MS-PR-87 (Ilha Comprida 9 - IC9)	20º55'11"S 51º37'22"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
51	MS-PR-88 (Alto Paraná 39 - AP39)	20º54'58"S 51º39'09"W	rio Paraná (d)	lítico
52	MS-PR-89 (Ilha Comprida 10 – IC10)	20º54'27"S 51º38'50"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico
53	MS-PR-90 (Alto Paraná 40 - AP40)	20º53'19"S 51º38'22"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
54	MS-PR-91 (Ilha Comprida 11 - IC11)	20º52'59"S 51º37'14"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico
55	MS-PR-92 (Ilha Comprida 12 - IC12)	20º52'38"S 51º37'30"W	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico
56	MS-PR-93 (Alto Paraná 41 - AP41)	20º52'30"S 51º37'50"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
57	MS-PR-94 (Alto Paraná 42 - AP42)	20º51'15"S 51º38'06"W	rio Paraná (d)	lítico
58	MS-PR-95 (Alto Paraná 43 - AP43)	20º50'43"S 51º38'10"W	rio Paraná (d)	lítico
59	MS-PR-96 (Alto Paraná 44 - AP44)	20º50'11"S 51º38'15"W	rio Paraná (d)	lítico e cerâmico
60	MS-PR-97 (Alto Paraná 45 - AP45)	20º48'42"S 51º38'13"W	rio Paraná (d)	lítico
61	MS-PR-99 (Ribeirão Palmito 3 - PM3)	20° 57' 50"S 51°43'26"W	ribeirão Palmito (d) / rio Paraná (d)	lítico
62	Ilha Comprida 13 (IC13)	E 434492 S7690600	ilha Comprida/ rio Paraná	lítico e cerâmico
63	Alto Paraná 48 (AP48)	E 433494 S7696825	rio Paraná (d)	lítico
64	Ribeirão Taquari 5 (TQ5)	21° 28' 54"S 52°02'25"W	ribeirão Taquari (d)	lítico
65	Córrego Azul 2 (AZ2)	E 389517 S7622970	córrego Azul (e)	lítico
66	Alto Paraná 55 (AP55)	E 409969 S 7648093	rio Paraná (d)	lítico

Algumas amostras de material arqueológico foram datadas. As datações de amostras de carvão, pelo método carbono 14 (C14), foram processadas no Laboratoire des Sciences du Climat et de l'Environnement - Laboratoire Mixte CEA-CNRS UMR 1572, em Gif-sur-Yvette/França, sob a responsabilidade do Dr. Michel Fontugne, sendo aqui referenciadas

pelo código Gif. Amostras de fragmentos de cerâmica foram datadas, pelo método da termoluminescência, no Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), sob a coordenação da Profª. Dra. Sonia Hatsue Tatumi (MARTINS, TATUMI e KASHIMOTO, 1999). Os resultados obtidos estão apresentados na tabela 5.3.2.5.2.

Tabela 5.3.2.5.2 - Datações de sítios arqueológicos da bacia do Paraná, municípios de Brasilândia e Três Lagoas

Material/ Método	Amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico (continua)	Intervenção no Sítio	Datação (anos antes do presente)
cerâmica/TL	FATEC 397	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 2, prof.: 00 a 10 cm	570 ± 60
cerâmica/TL	FATEC 398	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 2, prof.: 70 a 80 cm	1110 ± 110
carvão/ C^{14}	Gif 11226	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 90 a 100 cm	840 ± 40
carvão/ C^{14}	Gif 11227	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 110 a 120 cm	2240 ± 40
carvão/ C^{14}	Gif 11228	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 130 a 140 cm	2765 ± 35
carvão/ C^{14}	Gif 11229	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 160 a 170 cm	3000 ± 45
carvão/ C^{14}	Gif 11230	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 170 a 180 cm	2900 ± 50
carvão/ C^{14}	Gif 11231	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 180 a 190 cm	2975 ± 40
carvão/ C^{14}	Gif 11232	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 190 a 200 cm	2260 ± 40
carvão/ C^{14}	Gif 11233	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 290 a 300 cm	3940 ± 40
carvão/ C^{14}	Gif 11234	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 220 a 230 cm	2770 ± 50
carvão/ C^{14}	Gif 11235	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 230 a 240 cm	3165 ± 65
carvão/ C^{14}	Gif 11236	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	área de decapagem 1, prof.: 280 a 290 cm	3250 ± 75
cerâmica/TL	FATEC242	Ilha Verde 1	Coleta de superfície	540 ± 50
cerâmica/TL	FATEC264	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 20 cm	380 ± 40
cerâmica/TL	FATEC261	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 20 a 30 cm	520 ± 50
cerâmica/TL	FATEC256	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 30 a 40 cm	630 ± 60
cerâmica/TL	FATEC265	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 30 a40 cm	700 ± 70
cerâmica/TL	FATEC257	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 40 a 50 cm	760 ± 70
cerâmica/TL	FATEC255	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 40 a 50 cm	880 ± 80
cerâmica/TL	FATEC251	Brasilândia 11	área de decapagem 1 prof.: 40 a 50 cm	900 ± 90
cerâmica/TL	FATEC 258	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 50 a 60 cm	890 ± 90
cerâmica/TL	FATEC 253	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 50 a 60 cm	1000 ± 100
cerâmica/TL	FATEC 250	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 50 a 60 cm	1100 ± 100
cerâmica/TL	FATEC 267	Brasilândia 11	Área de decapagem 1,	1200 ± 120

Material/ Método	Amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico (continua)	Intervenção no Sítio	Datação (anos antes do presente)
			prof. 50 a 60 cm	
cerâmica/TL	FATEC 263	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 70 a 80 cm	1270 ± 130
cerâmica/TL	FATEC 259	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 70 a 80 cm	1600 ± 200
cerâmica/TL	FATEC 260	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 70 a 80 cm	2100 ± 200
cerâmica/TL	FATEC 262	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 90 a 100 cm	1400 ± 120
cerâmica/TL	FATEC 266	Brasilândia 11	Área de decapagem 1, prof. 110 a 120 cm	1300 ± 120
carvão/ C^{14}	Gif-10039	Ilha Água Limpa 1	Coleta de superfície	1015 ± 75
cerâmica/TL	FATEC 194	Ilha Água Limpa 1	Coleta de superfície	1248 ± 100
cerâmica/TL	FATEC 195	Ilha Comprida 7	Coleta de superfície	570 ± 40
carvão/ C^{14}	Gif 11220	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	trincheira 1, prof.: 80 a 100 cm	700 ± 75
cerâmica/TL	FATEC 93	Ilha Comprida 7	Coleta de superfície	950 ± 100
carvão/ C^{14}	Gif 11221	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	trincheira 3, prof.: 115 cm	1715 ± 35
carvão/ C^{14}	Gif 11222	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	trincheira 1, prof.: 180 a 190 cm	3140 ± 60
carvão/ C^{14}	Gif 11223	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	trincheira 1, prof.: 200 a 210 cm	2665 ± 70
cerâmica/TL	FATEC 245	Ilha Comprida 8	Trincheira 1, prof. 30 a 40 cm	500 ± 50
cerâmica/TL	FATEC 168	Ilha Comprida 8	Área de decapagem 1, prof. 90 a 100 cm	550 ± 70
cerâmica/TL	FATEC 246	Ilha Comprida 8	Trincheira 7, prof. 30 a 40 cm	625 ± 60
cerâmica/TL	FATEC 170	Ilha Comprida 8	Trincheira 8, prof. 70 a 80 cm	635 ± 75
cerâmica/TL	FATEC 169	Ilha Comprida 8	Trincheira 11, prof. 70 a 80 cm	700 ± 150
cerâmica/TL	FATEC 248	Ilha Comprida 8	Trincheira 11, prof. 50 a 60 cm	750 ± 80
cerâmica/TL	FATEC 247	Ilha Comprida 8	Trincheira 7, prof. 70 a 80 cm	760 ± 60
cerâmica/TL	FATEC 173	Ilha Comprida 8	Trincheira 8, prof. 110 a 120 cm	1225 ± 150
cerâmica/TL	FATEC 171	Ilha Comprida 8	Trincheira 9, prof. 120 a 130 cm	1250 ± 150
carvão/ C14	Gif 11224	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	trincheira 4, prof.: 110 cm	1380 ± 70
carvão/ C14	Gif 11241	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	trincheira 3, prof.: 25 a 30 cm	380 ± 30
cerâmica/TL	FATEC 167	Alto Paraná 40	Perfil 1, prof. 20 cm	870 ± 100
cerâmica/TL	395 FATEC	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	trincheira 2, prof.: 40 cm	900 ± 40
cerâmica/TL	FATEC 197	Alto Paraná 40	Coleta de superfície	910 ± 80
carvão/ C14	Gif 11239	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	trincheira 1, prof.: 130 cm	1345 ± 50
carvão/ C14	Gif 11237	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	trincheira 1, prof.: 160 a 175 cm	1730 ± 50
carvão/ C14	Gif 11238	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	trincheira 1, prof.: 195 cm	1930 ± 35
cerâmica/TL	FATEC 105	Alto Paraná 44	Coleta de superfície	600 ± 60

Material/ Método	Amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico (continua)	Intervenção no Sítio	Datação (anos antes do presente)
cerâmica/TL	FATEC 174	Alto Paraná 44	Coleta de superfície	940 ± 100

Figura 5.3.2.5.1 - Áreas dos rios Paraná e Verde pesquisadas pela equipe do LPA/DHI/CPAQ/UFMS

1A – Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS (rio Paraná no entorno do rio Verde, trecho jusante)

1B - Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS (rio Paraná no entorno do rio Verde, trecho montante)

2 - Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS (baixo curso do rio Verde)

3 – Sítios arqueológicos localizados no projeto Gasoduto Bolívia-Brasil

4 – Pontos vistoriados no âmbito do presente projeto

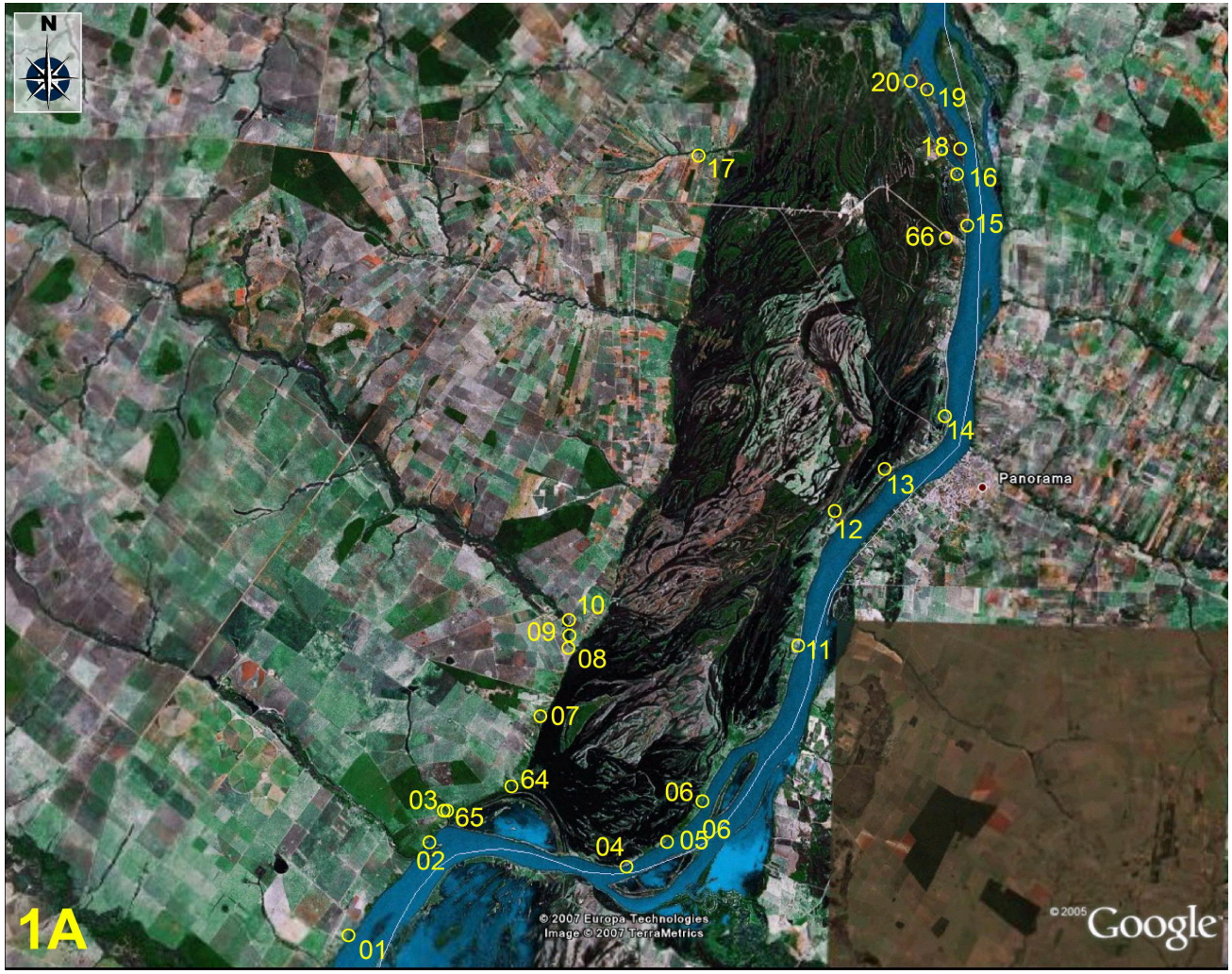

Figura 5.3.2.5.2 - Área 1A – Projeto arqueológico Porto Primavera, MS (rio Paraná no entorno do rio Verde, trecho jusante)

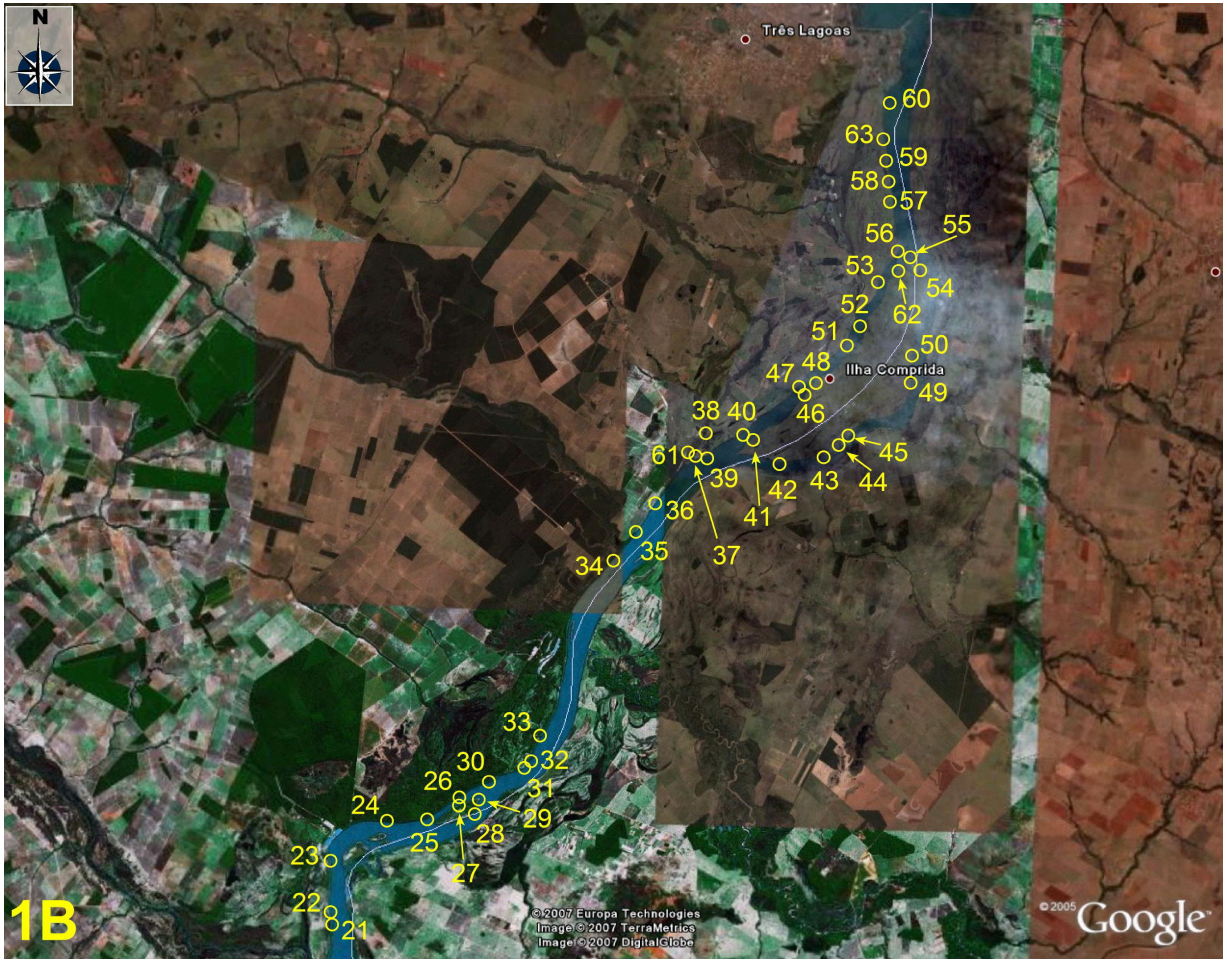

Figura 5.3.2.5.3 - Área 1B - Projeto arqueológico Porto Primavera, MS (rio Paraná no entorno do rio Verde, trecho montante)

- **Arqueologia da Sub-Bacia do Verde**

A Geomorfologia da Bacia do Paraná, em Mato Grosso do Sul, ao norte do rio Pardo, segundo SEPLAN (1990), define-se pelos Divisores Tabulares dos Rios Verde e Pardo, ou seja, uma superfície inclinada em direção ao rio Paraná, entre cotas 400 a 270 m, composta por relevos de interflúvios planos e vertentes dissecadas pela drenagem. Os rios Sucuriú, Verde e Pardo correm em sentido geral Noroeste-Sudeste, indicando a adaptação da drenagem às linhas de fraturamento. Ao sul do rio Pardo, configura-se a Superfície Rampeada de Nova Andradina, com inclinação geral NNO-SSE, entre cotas 400 a 240 m, com interflúvios planos e dissecação do tipo tabular.

Ao longo dos afluentes de maior porte, caracterizam-se áreas de inundação, cujos aluviões atuais originam solos Glei associados a Planossolo álico e Areias Quartzosas Hidromórficas. A cobertura é de herbáceas, sem palmeiras configurando as denominadas Áreas de Formações Pioneiras. O substrato basáltico aflora em parte do leito do rio Verde, configurando as corredeiras que dificultam a navegação.

Seguindo em direção ao alto curso dos afluentes do rio Paraná, no segmento à montante do rio Pardo, observa-se, sob o cerrado, o substrato de Formação Caiuá ou Santo Anastácio, com solo predominantemente composto por Areias Quartzosas álicas, constituindo a unidade geomorfológica Rampas Arenosas dos Planaltos Interiores. Esta é marcada por ligeira inclinação para SSE (altitudes entre 700 e 320 m), os topos apresentam modelados planos e nos vales configura-se dissecação tabular, com afloramentos de basaltos da Formação Serra Geral (SEPLAN, 1990).

Dessa forma, a sub-bacia do rio Verde caracteriza-se pela plenitude dos atributos da região de cerrado. Apresenta predomínio de Latossolo Vermelho-Escuro oriundo de arenito Caiuá.

Conforme bibliografia especializada, a região foi palco do assentamento de índios kaiapós-meridionais acima já citados, hoje extintos. No momento, a etnografia registra a presença de um pequeno grupo de índios ofaié-xavantes vivendo em uma área da FUNAI, no município de Brasilândia.

- Sítios arqueológicos localizados na sub-bacia do Verde

O segmento analisado abrange o baixo curso do rio Verde e o trecho da margem direita do rio Paraná balizado pela foz daquele afluente. As margens do rio Paraná formavam barranca alçada, de 5 a 10 m sobre o nível d'água, com depósitos de cascalho em sua base. Nestes

locais foram registrados sítios arqueológicos com horizontes indígenas ceramistas e de caçadores-coletores.

No âmbito do Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS, os presentes autores localizaram os seguintes sítios arqueológicos na sub-Bacia do Verde (figura 5.3.2.5.4):

Tabela 5.3.2.5.3 - Sítios arqueológicos localizados na Sub-Bacia do Verde, no âmbito do Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS (Figura 5.3.2.5.4)

Código Fig.3	SÍTIO ARQUEOLÓGICO (continua)	C.G. OU UTM	Implantação (d=margem direita; e=margem esquerda)	Variáveis ambientais	Material arqueológico
67	Lagoa Piranha 1 – PI1	21º11'39"S 51º53'29"W	rio Verde (d) / lagoa Piranha	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico e cerâmico
68	MS-VD-01 (Brasilândia 12-BR12)	21º11'51"S 51º53'24"W	rio Verde (d)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico
69	MS-VD-02 (Brasilândia 13-BR13)	21º11'22"S 51º53'42"W	rio Verde (d) / lagoa Piranha	margem elevada de lagoa afloramento de cascalho	lítico
70	MS-VD-03 (Três Lagoas 2 - TL2)	21º11'02"S 51º53'21"W	rio Verde (e)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico e cerâmico
71	MS-VD-04 (Três Lagoas 3 - TL3)	21º10'56"S 51º55'03"W	rio Verde (e)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico
72	MS-VD-05 (Rio Verde 5 - VD5)	21º11'03"S 51º55'31"W	rio Verde (d)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico
73	MS-VD-06 (Rio Verde 6 - VD6)	21º10'57"S 51º55'34"W	rio Verde (e)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico
74	MS-VD-07 (Rio Verde 7 -VD7)	21º11'02"S 51º56'06"W	rio Verde (d)	terraço elevado	lítico
75	MS-VD-08 (Rio Verde 8 - VD8)	21º10'55"S 51º56'20"W	rio Verde (e)	terraço elevado	lítico
76	MS-VD-09 (Brasilândia 16 – BR16)	21º10'36"S 51º56'47"W	rio Verde (d)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico
77	MS-VD-10 (Rio Verde 10 - VD10)	21º10'08"S 51º57'17"W	rio Verde (d)	terraço elevado afloramento de cascalho	lítico
78	MS-VD-11 (Rio Verde 11 - VD11)	21° 06' 29"S 51°59'28"W	rio Verde (e)	terraço elevado	lítico
79	MS-VD-12 (Rio Verde 12 - VD12)	21° 06' 28"S 52°01'17"W	rio Verde (d)	terraço elevado	lítico
80	MS-VD-13 (Rio Verde 13 - VD13)	21° 06' 22"S 52°01'33"W	rio Verde (d)	terraço elevado	lítico
81	MS-VD-15 (Rio Verde 15 – VD15)	21º09'56"S 51º58'11"W	rio Verde (d)	terraço elevado	lítico e cerâmico
82	MS-VD-16 (Rio Verde 16)	21º11'00"S 51º54'17W	rio Verde (e)	terraço elevado	lítico
83	MS-VD-17 (Rio Verde 17)	21º11'02"S 51º54'02W	rio Verde (d)	terraço elevado	lítico

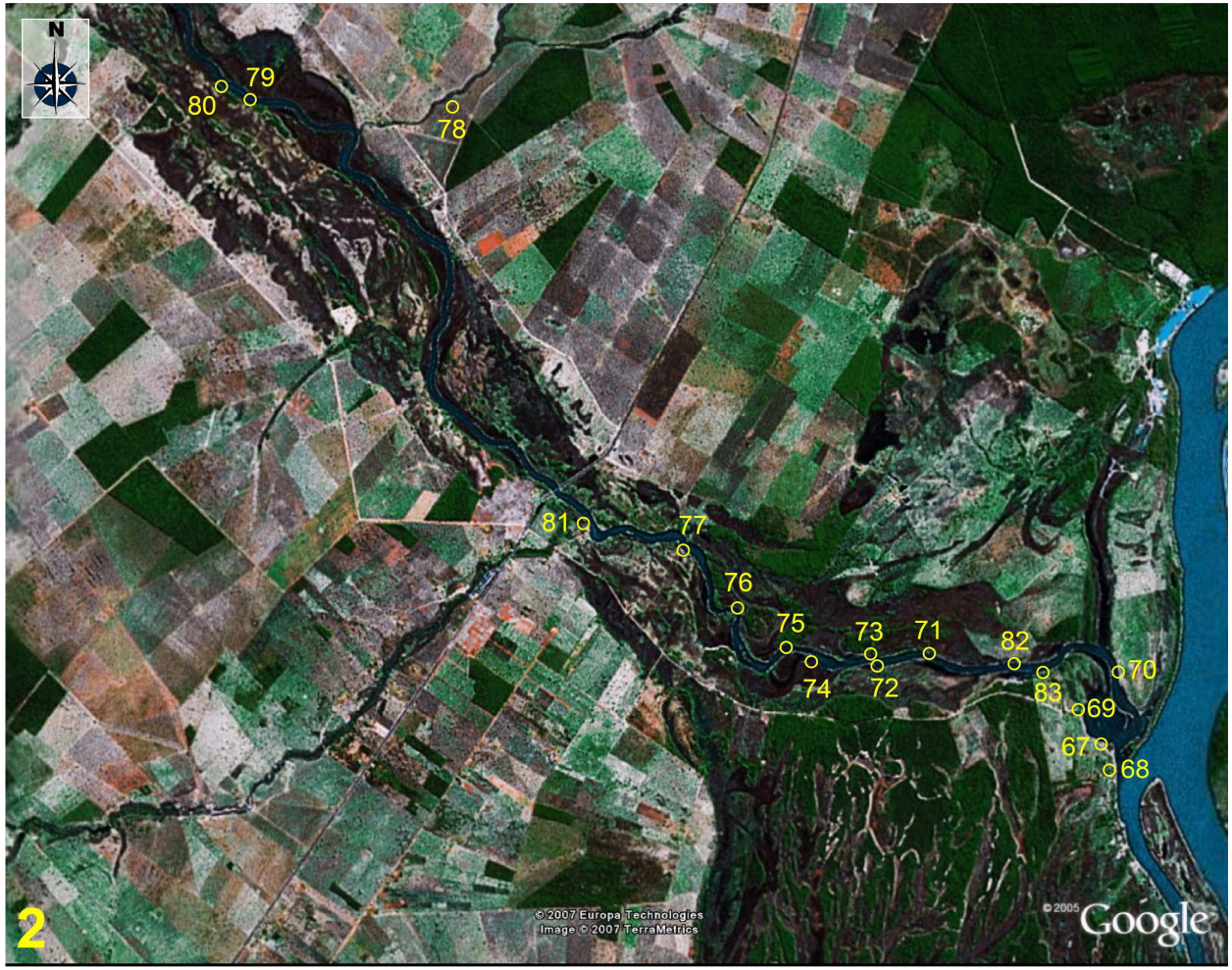

Figura 5.3.2.5.4 - Área 2 - Projeto arqueológico Porto Primavera, MS (baixo curso do rio Verde)

O conhecimento arqueológico do Estado de Mato Grosso do Sul foi ampliado ao longo de um transect aberto longitudinalmente nesse território, especificamente no âmbito da instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil. Especialmente no trecho compreendido entre Terenos e Três Lagoas, percorrendo, portanto, parte da sub-bacia do Verde e Bacia do Paraná, os presentes autores localizaram outros sítios arqueológicos que permitem ampliar o conhecimento arqueológico regional. Destacam-se aqui dois desses sítios da sub-bacia do Verde (Figura 5.3.2.5.5):

Tabela 5.3.2.5.4 - Sítios arqueológicos localizados na Sub-Bacia do Verde, no âmbito do Projeto Gasoduto Bolívia-Brasil (Figura 5.3.2.5.5):

C.I.	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	C.G. OU UTM	Implantação (d=margem direita; e=margem esquerda)	Variáveis ambientais	Material arqueológico
84	Rio Verde 14	20º53'02"S 52º21'29"W	rio Verde (e)	terraço elevado	lítico e cerâmico
85	Córrego do Porto 1	20º55'07"S 52º13'49"W	córrego do Porto (margem direita)	média vertente	lítico

Figura 5.3.2.5.5 – Sítios arqueológicos localizados no projeto gasoduto Bolívia-Brasil

– Sítios arqueológicos no baixo curso do rio Verde, pesquisados em escavações sistemáticas

No âmbito do Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS, os presentes autores realizaram escavações arqueológicas em 6 sítios da sub-Bacia do Verde. Foram localizados horizontes líticos e lito-cerâmicos.

Tabela 5.3.2.5.5 - Resumo do total de trincheiras e profundidades alcançadas, por sítio escavado no âmbito do Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	Fotos
MS-VD-16 (Lagoa Piranha 1 – PI1)	5.3.2.5.1
MS-VD-02 (Brasilândia 13 - BR13)	5.3.2.5.2
MS-VD-09 (Brasilândia 16 - BR16)	5.3.2.5.3
MS-VD-10 (Rio Verde 10 – VD10)	5.3.2.5.4
MS-VD-15 (Rio Verde 15 – VD15)	5.3.2.5.5

Figura 5.3.2.5.1: Abertura de trincheira arqueológica no sítio Lagoa da Piranha 1, margem do rio Verde

Figura 5.3.2.5.2: Abertura de área de decapagem arqueológica no Sítio Brasilândia 13, margem do rio Verde

Figura 5.3.2.5.3: Abertura de trincheira arqueológica no Sítio Brasilândia 16, margem do rio Verde

Figura 5.3.2.5.5: Abertura de trincheira no sítio Rio Verde 15, margem do rio Verde

Figura 5.3.2.5.6: Abertura de trincheira arqueológica no sítio Rio Verde 10, margem do rio Verde

- **Arqueologia da Região do Alto Curso do Rio Verde**

No espaço regional do alto curso do rio Verde são restritas as pesquisas arqueológicas sistemáticas. Entretanto, por fatores diversos, alguns trabalhos de levantamento preliminar e registro de ocorrências arqueológicas isoladas já foram aí executados. Como resultados iniciais, isto na perspectiva da produção do conhecimento arqueológico, pode-se apresentar

a identificação de alguns sítios arqueológicos existentes nos municípios próximos ao empreendimento, a saber:

- Município de Coxim

Sítios MS-CX-01C; MS-CX-02A; MS-CX-02B; MS-CX-02C; MS-CX-02D; MS-CX-02E; MS-CX-03. Estes sítios são caracterizados por serem abrigos sob rocha com painéis de pintura rupestre e petróglifos. A pesquisa foi desenvolvida pela equipe do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

O padrão estilístico e temático destes sítios nos permite enquadrá-los na Tradição Planalto. Pode-se, também, estabelecer algumas analogias com aqueles pesquisados pela mesma equipe retro-citada, da região de Serranópolis, em Goiás, ou ainda com aqueles encontrados no conjunto arqueológico denominado “Cidade de Pedra”, no município mato-grossense de Rondonópolis, do qual o sítio “Ferraz Egreja” pode ser considerado um paradigma, pesquisado por Águeda e Denis Vialou.

- Município de Costa Rica

Sítios arqueológicos: Costa Rica 1, Costa Rica 2, Costa Rica 3, são sítios líticos cerâmicos a céu aberto.

Outros trabalhos de levantamento permitiram a localização de sítios com pintura rupestre no município de Rio Negro. No município de Camapuã, o qual possui elevado significado histórico, já foi localizada a área onde esteve instalada a Fazenda Camapuã, a qual desempenhou papel fundamental como suporte ao Ciclo Monçoeiro, por todo o século XVIII, sendo um dos mais antigos assentamentos coloniais em Mato Grosso do Sul. Ainda em Camapuã, nas proximidades da área urbana, também foram registradas ocorrências de material lítico com as características acima descritas, bem como abrigos com pintura rupestre. Da mesma forma, é conhecida a existência de sítios com pintura rupestre em Rio Negro e Bandeirantes.

- Município de Chapadão

Sítio Casa de Pedra, abrigo sob rocha com petróglifos e pinturas rupestre, localizado na Bacia do Alto Sucuriú. Um nível de ocupação arqueológica desse abrigo foi datado em cerca de 11.000 anos. Essa pesquisa foi desenvolvida pela equipe do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, em Paraíso.

Sítio Alto Sucuriú, abrigo sob rocha, com petróglifos e pinturas rupestres, localizado na margem direita do rio Sucuriú.

5.3.2.6 Vistoria de Superfície no Rio Verde

A interpretação visual de imagens orbitais do sistema Landsat e da cartografia regional possibilitou a observação e interpretação da paisagem em diferentes níveis de detalhamento, subsidiando a seleção de locais a serem vistoriados em campo, com o objetivo de se caracterizar feições ambientais e a localização de sítios arqueológicos na área.

A partir dessa interpretação, foram selecionados locais a serem vistoriados em campo.

Foram pesquisados locais favoráveis à implantação de sítios, por serem marcados por variáveis ambientais propícias: áreas de foz de cursos fluviais, confluências fluviais, margens côncavas, diques marginais, terraços fluviais preservados das inundações de cheias periódicas, terraços ou médias vertentes de declividade suave e locais com topografia destacada em relação ao seu entorno (conforme KASHIMOTO,1997). Locais considerados como de baixa probabilidade à ocorrência de sítios arqueológicos, tais como margens baixas e inundáveis, devido a ser remota a existência de sítios nessas condições, não foram vistoriados, essa é a situação que predomina nas áreas da Fazenda Larissa próximas aos cursos fluviais, sobretudo na margem direita do rio Dourados.

Nesses locais efetuaram-se caminhamentos, verificação de perfis ou de eventuais processos erosivos, bem como o registro das coordenadas UTM, com utilização de GPS, anotações em cartas, preenchimento de fichas e documentação fotográfica (Figura 5.3.2.6.6).

Tabela 5.3.2.6.1 - Vistoria arqueológica realizada em locais selecionados no contexto do rio Verde e afluentes (Figura 5.3.2.6.6)

Código fig. 5	COORDENADAS UTM	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO ARQUEOLÓGICO	FOTOS
V1	20º25'24"S 52º56'36"W	Margem de brejo com solo aluvial exposto pela movimentação do gado	Não localizado	6
V2	20º24'40"S 52º56'42"W	Margem direita do rio Formoso, com afloramento de cascalheira	Lítico lascado	7 e 8
V3	20º24'36"S 52º56'52"W	Margem esquerda do rio Formoso, com afloramento de cascalheira	Lítico lascado	9 e 10
V4	20º24'37"S 52º56'43"W	Margem esquerda do rio Formoso, com afloramento de cascalheira	Lítico lascado	11 e 12
V5	20º24'24"S 52º56'22"W	Margem direta do rio Verde	Não localizado	13
V6	20º24'23"S 52º56'34"W	Margem direta do rio Verde	Não localizado	14
V7	20º22'26"S	Margem esquerda do ribeirão Barra	Lítico lascado	15 e 16

Código fig. 5	COORDENADAS UTM	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO ARQUEOLÓGICO	FOTOS
	52º55'47"W	Mansa		
V8	20º22'17"S	Margem direita do ribeirão Barra	Lítico lascado	17
	52º55'55"W	Mansa		
V9	20º22'14"S	Margem esquerda de nascente do	Não localizado	18
	52º55'40"W	ribeirão Barra Mansa		

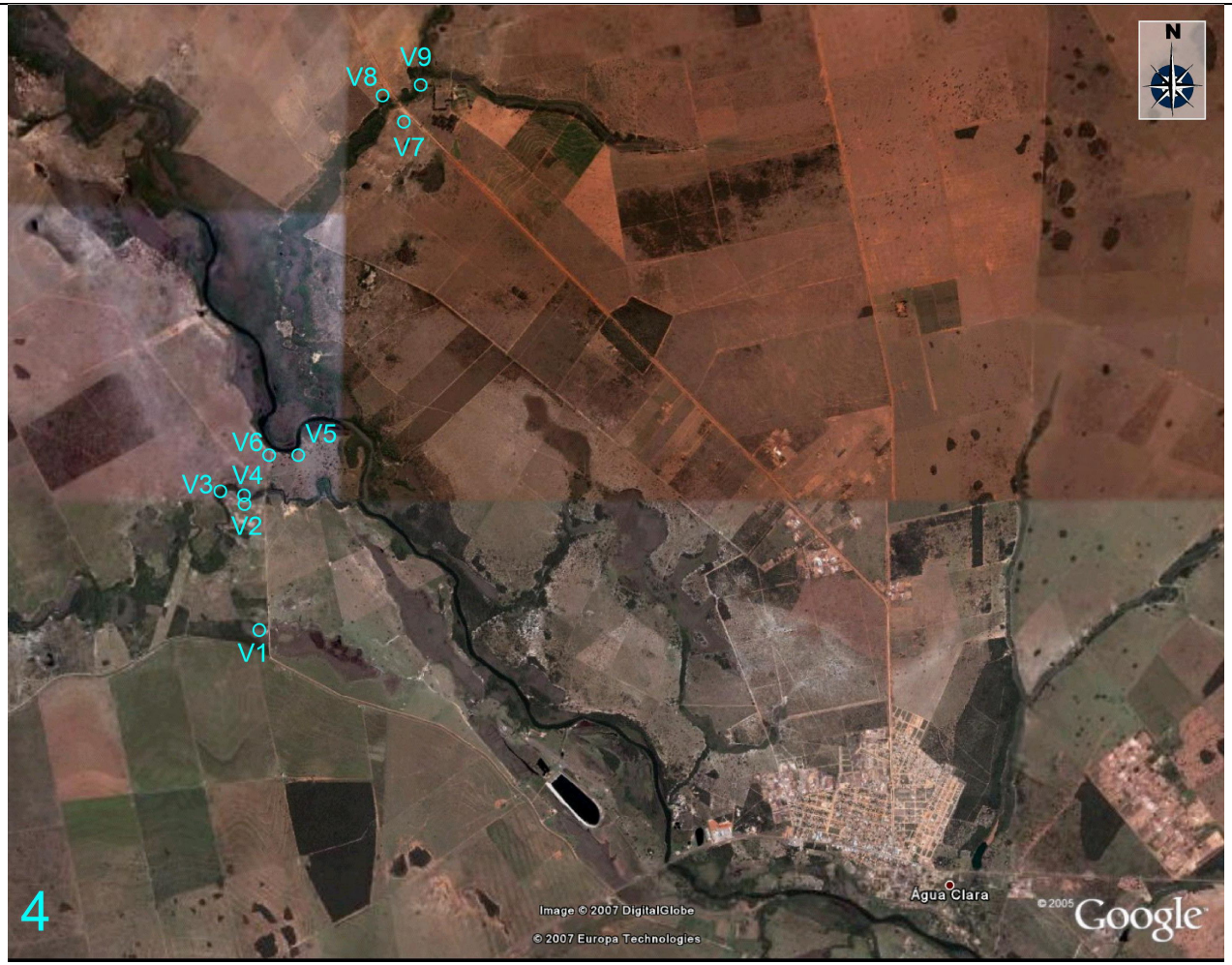

Figura 5.3.2.6.6 - Àrea 4 – pontos vistoriados no âmbito do presente estudo.

Figura 5.3.2.6.7 - Ponto 1

Figura 5.3.2.6.8 - Ponto 2

Figura 5.3.2.6.9 - Peças líticas do ponto 2

Figura 5.3.2.6.10 - Ponto 3

Figura 5.3.2.6.11 - Peças líticas no ponto 3

Figura 5.3.2.6.12 - Ponto 4

Figura 5.3.2.6.13 - Peças líticas do ponto 4

Figura 5.3.2.6.14 - Ponto 5

Figura 5.3.2.6.15 - Ponto 6

Figura 5.3.2.6.16 - Ponto 7

Figura 5.3.2.6.17 - Peças líticas do ponto 7

Figura 5.3.2.6.18 - Ponto 8

Figura 5.3.2.6.19 - Ponto 9

Dessa forma, o levantamento arqueológico resultou na localização de material arqueológico na área pesquisada. Estudos posteriores permitiram uma caracterização desses locais com vistas ao registro junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN. Alguns fatores devem ser considerados no tocante à esse aspecto:

- ✓ os sítios na área apresentam material arqueológico lítico lascado, junto a alguns afloramentos de cascalheira, indicando tratarem-se de locais de produção das ferramentas líticas no passado;
- ✓ as observações de campo foram oportunísticas e privilegiaram observações da superfície do solo exposto, sem intervenção em subsuperfície;
- ✓ a área apresenta restritos afloramentos de argila, matérias-prima que poderiam ter favorecido às populações pretéritas, a confecção de recipientes cerâmicos;
- ✓ devido à privilegiada hidrografia da área, esta foi potencialmente apta às ocupações humanas pretéritas. Dessa forma, em eventuais situações futuras de intervenções no solo, sugere-se a realização de levantamento e resgate arqueológico na bacia do Verde, notadamente em caso de implantação de obras de engenharia.

5.3.2.7 Avaliação dos impactos sobre o patrimônio arqueológico

O estudo realizado demonstrou ser a região da sub-Bacia do Verde potencialmente positiva para a ocorrência de sítios arqueológicos, o que é confirmado por estudos arqueológicos

anteriores e pela bibliografia etno-histórica e etnográfica. Os estudos realizados para efeito deste diagnóstico, na área a ser impactada direta e indiretamente pelas obras, seguiram uma metodologia consagrada pela aplicação em contextos análogos.

As margens do rio Verde e de seus afluentes apresentam numerosas áreas com afloramentos de cascalheiras, as quais se constituíram, em grande parte, fontes de matéria-prima para a produção de ferramentas líticas nas atividades cotidianas de culturas pré-históricas. Dessa forma, esses locais constituem-se sítios arqueológicos ou seja, oficinas de produção de ferramentas líticas e acampamentos de caça-pesca-coleta nos ambientes fluvais.

Sendo assim, do ponto de vista da ciência arqueológica, o nosso parecer é de que qualquer implantação de empreendimentos hidrelétricos no rio Verde, deverão ser precedidos de pesquisas de Arqueologia Preventiva que englobem o levantamento arqueológico sistemático e o resgate de sítios a serem, eventualmente, impactados pelas obras dessas PCHs.